INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

ARGUMENTAÇÃO (MODOS DE ORGANIZAR O DISCURSO – PARTE I)

ARGUMENTAÇÃO

Argumentar significa apresentar um conjunto de razões a favor de uma conclusão ou oferecer dados favoráveis para uma conclusão. O argumento não é apenas a afirmação dos pontos de vista do autor, ele tem a função essencial de apoiar tais pontos de vista com base na razão.

Assim, além de ser uma externalização do saber do autor (ou do que ele acreditar saber)a respeito do assunto, a argumentação é o meio pelo qual ele busca formar a opinião do leitor, tentando convencer esse leitor de que (autor) é o detentor da verdade. Argumentar é persuadir mediante a apresentação de razões, em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio consistente e bem concatenado.

A ARGUMENTAÇÃO APRESENTA DOIS ASPECTOS:

- ✓ Um, ligado à razão – que pressupõe ordenar as ideias, justificá-las e relacioná-las (caracteriza o ato de convencer).
- ✓ Outro, referente à paixão – que busca capturar o ouvinte, seduzi-lo (que caracteriza o ato de persuadir).

Lembre-se de que para argumentar, é necessário construir ideias e não uma realidade.

O TEXTO ARGUMENTATIVO É FORMADO POR:

- ✓ **TEMA** - assunto a ser esclarecido por meio da argumentação.
- ✓ **ARGUMENTADOR** – quem desenvolve o raciocínio a respeito do tema.
- ✓ **RECEPTOR** – a quem se dirigem os argumentos, com a finalidade de que venha a partilhar a mesma opinião ou certeza do argumentador.

FAZEM PARTE DA LÓGICA ARGUMENTATIVA

Afirmações factuais: que podem ter seu valor de verdade verificado pela confrontação com os fatos.

Julgamentos: que são inferências (conclusões) deduzidas dos fatos e gozam de menor confiança que as afirmações factuais.

Testemunhos de autoridade: de responsabilidade de pessoas supostamente especialistas no assunto.

Citação: afirmações feitas por especialistas em determinados campos do conhecimento extraídas de fontes fidedignas (como textos científicos, por exemplo).

Comprovação por dados: são informações objetivas, como estatísticas, percentuais e dados, de modo geral, fornecidos por institutos de pesquisa idôneos.

Raciocínio Analógico: é o raciocínio que consiste na transposição de uma característica de um fato particular para outro fato também particular, em razão de uma semelhança entre eles. O raciocínio por analogia fornece apenas possibilidade e não certeza, mas é usado com frequência em vários campos, como, por exemplo, política e Economia (Ex.: “A inflação é uma bola de neve”.).

Raciocínio Lógico/Analítico: ocorre quando o autor tenta provar, por meio da criação de nexos causais (relação de causa e efeito), que a conclusão a que chegou é real e não fruto de uma interpretação pessoal facilmente contestável. Neste caso, ele precisa ter um bom domínio, também, do conteúdo e dos elementos de coesão textual.

Raciocínio Indutivo: é o raciocínio que se baseia na observação dos elementos conhecidos, concretos (particular), para, por meio deles, chegar a uma conclusão ou a uma hipótese possível sobre uma determinada ideia ou fato (geral).

Raciocínio Dedutivo: é o tipo de raciocínio que caminho inverso ao da indução, obedecendo aos seguintes passos: Num primeiro momento, é formulada uma hipótese abstrata, de caráter geral. Depois, é estabelecida uma relação de fatos e provas (elementos concretos, conhecidos, observáveis – o particular). Por fim, insere-se (ou não) uma conclusão que confirme a hipótese geral.

A IMPESSOALIDADE NO TEXTO ARGUMENTATIVO

As principais características de um texto dissertativo são o uso predominante de palavras no sentido denotativo, frases apresentadas na ordem direta, uma linguagem sóbria e, preferivelmente, com uso da terceira pessoa – para garantir a objetividade e a imparcialidade tão valorizadas pelos examinadores.

Na prática, a objetividade se prende muito mais à forma de estruturar o texto – o posicionamento do autor, a seleção vocabular, o percurso argumentativo, o espaço para as diferentes vozes que são citadas (a que "autoridades" apelar para confirmar a argumentação) - do que à pretensa atitude de impessoalidade.

Dependendo do tema, da situação, do veículo de comunicação e do interlocutor é que definimos nossa forma de estruturar o texto e optamos pela primeira ou terceira pessoa (lembrando que os pronomes apenas tornam mais evidente o posicionamento de quem fala). O trabalho de caráter científico ou técnico, um editorial de jornal (em que o autor não fala em seu nome, mas em nome da empresa que edita o jornal) pedem mais distanciamento do leitor e maior objetividade.

Entretanto, não podemos esquecer que alguns tipos de comunicação pedem um texto no qual predomine a intuição, ou mesmo a sensibilidade do autor, o que configura um texto dissertativo de caráter subjetivo. Como exemplo, podemos citar a crítica de arte (jornais e revistas publicam críticas de cinema, teatro, exposições), as crônicas reflexivas, as entrevistas (repare como soa falso quando um entrevistado faz a defesa de uma ideia em terceira pessoa).

COMO SÃO COBRADAS AS PESSOAS DO DISCURSO NA DISSERTAÇÃO

- ✓ **1ª pessoa singular (extrema subjetividade) –** evidencia um modo muito particular de apresentar os pontos de vista.
- ✓ **1ª pessoa plural (certo grau de subjetividade) –** facilita a interação com o leitor, mas ainda mostra a presença do autor.
- ✓ **3ª pessoa singular ou plural) –** a única capaz de imprimir total objetividade ao texto e garantir maior fiabilidade às informações fornecidas.

Quando lemos, não estamos somente em busca de informações sobre os mais variados assuntos. Queremos:

1. tirar conclusões;
2. formular hipóteses sobre os motivos que levaram ao fato;
3. formar nossa própria opinião, ou seja, formar juízo.

- ✓ **JUÍZO DE FATO:** é uma constatação. Se, por exemplo, dissermos que "faz frio agora", estamos enunciando um acontecimento constatado por nós.
- ✓ **JUÍZO DE VALOR:** é a interpretação (ou avaliação) que fazemos do próprio acontecimento. Neste caso, seria como dizer que "o inverno deixa as pessoas mais elegantes".

É muito difícil que o autor se furte de emitir juízos de valor em um texto, mas ele necessita fundamentá-los, na tentativa de torná-los o menos subjetivos possível. Na análise textual, precisamos compreender que juízos de valor que depreciam pessoas e coisas raramente são sustentáveis pela lógica e, sendo assim, ferem o próprio princípio da análise que se pretende fazer.